

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES
DA PRIMEIRA EMISSÃO DA BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, companhia aberta, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Bloco C, 7º andar, na cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 31.546.476/0001-56, neste ato representada na forma de seu estatuto social pelo seu Diretor-Vice-Presidente Dr. PAULO DE TARSO DE MEDEIROS, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 3.169.751, expedida pelo IFP-RJ, em 11.12.73, e do CPF nº 021.864.037-49, residente e domiciliado à SQS 114, bloco I, apartamento 201, na cidade de Brasília, Distrito Federal e do Diretor-Gerente Dr. CLÁUDIO DANTAS DE ARAÚJO, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade nº 88.908, expedida pela SSP-SE, em 11.08.70, e do CPF nº 004.073.995-34, residente e domiciliado à SQN 115, bloco F, apartamento 202, na cidade de Brasília, Distrito Federal, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, BANCO LIBERAL S.A., com sede na rua do Carmo, nº 7 - 5º e 8º andares, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33.922.188/0001-84, neste ato representado na forma de seu estatuto social pelos seus diretores Sr. ALDO FLORIS, italiano, divorciado, economista, residente e domiciliado à rua Timóteo da Costa, 230 - 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 150.140-0, expedida pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, inscrito no CPF sob nº 038.816.107-82, e o Sr. MAURO LECLERC JUNQUEIRA SCHMIDT, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à rua Ipanema, 53, apartamento 1.601, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 169098, expedida pelo Ministério da Aeronáutica, inscrito no CPF sob o nº 011.843.777-15, vem por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**I
DA AUTORIZAÇÃO**

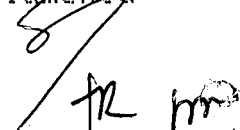
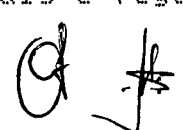

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 30.09.91.

**II
DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.



2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial de Brasília.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A escritura de emissão, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Federal.

III

DA EMISSÃO

A emissão observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, mediante intermediação de instituições financeiras, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. SÉRIES

A emissão será dividida em 3(três) séries.

3. FORMA

As debêntures serão da forma nominativas não endossáveis.

4. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da EMISSORA.

5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

Em conformidade com o disposto no item I do Artigo nº 59 da Lei nº 6.404/76, o limite da emissão foi determinado pela Assembléia Geral Extraordinária de 30/09/91 como sendo de Cr\$36.000.000.000,00 (trinta e seis bilhões de cruzeiros) na data da efetiva emissão. Tendo a referida Assembléia Geral Extraordinária determinado que a emissão seja feita em 3 (três) séries, a equivalência monetária do limite da emissão será calculado na data da emissão de cada uma das séries.

6. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

O valor nominal das debêntures será corrigido monetariamente, a partir da data da subscrição, pela variação acumulada do índice Geral de Preços do Mercado, doravante denominado IGPM, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, e o produto de correção agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

6.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata temporis" do IGPM do mês anterior.

6.2. Na hipótese de extinção do IGPM, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as debêntures desta emissão torna-se-ão automaticamente indexadas, a partir daquele evento, à variação de um dos índices abaixo, nesta ordem de preferência: a) índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP -DI), apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); b) índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); c) outro índice que venha a ser fixado pelas Autoridades Monetárias.

7. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizada pela CETIP-Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

8. JUROS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros, prêmio e correção monetária na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

9. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As importâncias devidas pela Emissora por força desta escritura e colocadas, nos vencimentos, à disposição dos debenturistas, não sofrerão atualização de seu valor, nem renderão juros remuneratórios ou moratórios, nem prêmios.

10. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo valor nominal, atualizado monetariamente, dos juros devidos na data do resgate e do prêmio, devendo publicar aviso prévio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

11. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

12. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados pela EMISSORA, em sua sede, ou, ainda, em estabelecimentos de instituições financeiras contratadas para tal fim.

13. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

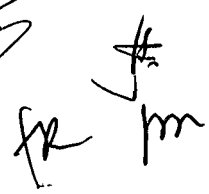
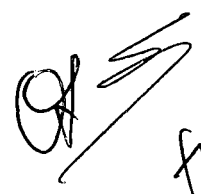

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário.

14. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

15. VENCIMENTO ANTECIPADO

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal corrigido monetariamente, acrescido de juros e do prêmio, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:



- a. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c. falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- d. vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA decorrentes desta emissão.

IV

DO TÍTULO DA 1ª SÉRIE

1. VALOR TOTAL DA SÉRIE

O valor desta 1ª série será de Cr\$12.000.000.000,00 (doze bilhões de cruzeiros).

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 1.200 (um mil e duzentas) debêntures desta série.

3. VALOR NOMINAL

O valor nominal das debêntures será de Cr\$10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), cada uma.

4. DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão será o dia 01 de outubro de 1991.

5. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures da 1ª série terão prazo de 25 (vinte e cinco) meses, vencendo-se, portanto, em 01 de novembro de 1993.

6. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures serão conferidos juros fixos à taxa de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, incidentes a partir da data da subscrição, pagáveis mensalmente nas mesmas datas de amortização do principal previstas no item 8 a seguir.

7. PRÊMIO

A emissora pagará às debêntures um prêmio de 14% (quatorze inteiros por cento) incidente sobre o valor nominal atualizado, a partir da data da subscrição, a ser pago em conjunto com os juros remuneratórios previstos no item anterior, devido mensalmente nas datas das amortizações do principal previstas no item 8 a seguir. Fica entendido que o prêmio não incidirá sobre os juros remuneratórios.

8. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A emissora se obriga a efetuar amortização de cada uma das debêntures da presente emissão, observado o seguinte:

- 8.1. Caso a subscrição da debênture ocorra no 1º (primeiro) dia de um mês de calendário, as amortizações serão feitas a partir do dia 1º do mês subsequente ao da subscrição.
- 8.2. Caso a subscrição das debêntures não ocorra no 1º (primeiro) dia de um mês de calendário, as amortizações serão feitas a partir do dia 1º (primeiro) do 2º (segundo) mês subsequente ao da subscrição.
- 8.3. As demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês de calendário subsequente ao da primeira amortização.
- 8.4. As amortizações previstas neste item serão efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMT = \left[Ve \times \frac{d/D}{(1+I)^{N-n}} \times ATM \times I \times \frac{N-n}{(1+I)^N - 1} \right] \times AM$$

- onde, PMT = valor do pagamento mensal;
 Ve = valor nominal na data de subscrição;
 I = taxa de juros mensal (inclui o prêmio somado) representado na forma decimal (ex.: 12% juros + 14% prêmio = 26% a.a., ou seja: 0,019446 ao mês);
 d = número de dias corridos entre a data de subscrição e o primeiro dia do mês subsequente ao da subscrição. Se a subscrição ocorrer no primeiro dia do mês d=0;
 D = dias corridos do mês de subscrição;
 $ATM = \frac{d/D}{(1+IGPMs)}$
 IGPMs = variação do IGPM no mês de subscrição;

- N = prazo total de emissão em número de meses;
 n = número de meses desde o mês da emissão até o mês de subscrição, incluindo ambos. Se a subscrição for no primeiro dia do mês, substituir $N - n$ por $N - n + 1$;
 AM = fator de atualização monetária referente ao mês de pagamento calculado pela variação acumulada do IGPM do primeiro mês subsequente ao da subscrição até o mês do pagamento.
 Se a subscrição se der no primeiro dia do mês o fator varia desde o próprio mês da subscrição.

Os valores individuais de principal e juros que compõem o PMT podem ser obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$I) P = \frac{PMT}{t(1+I)} \quad \text{onde,}$$

P = valor do principal na data de cada pagamento atualizado monetariamente;

t = número de amortizações mensais a realizar, contado desde a amortização a que se refere o cálculo até a última inclusive.

$$II) J = PMT - P \quad \text{onde,}$$

J = valor dos juros e prêmio na data de cada pagamento.

9. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures será o valor nominal definido no item 3 da cláusula IV deste instrumento. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

V

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relativos a esse semestre social;
- dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social;

c. imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;

d. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 60/87 e nº 73/87, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM.

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros, principal e/ou prêmio, se houver, das debêntures, objeto desta escritura;

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76;

5. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos portadores das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste esse serviço.

VI

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente escritura declara:

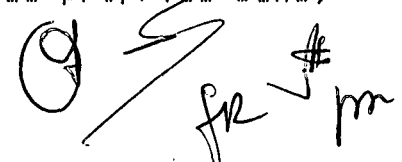
a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme art. 66, 3º da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida. A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que impeça a este exercer suas funções na presente emissão;

b. aceitar a função que lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;

c. aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições.

2. Além de outros previstos em lei, constituem deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;



b. elaborar relatórios e colocá-los anualmente à disposição dos debenturistas, dentro de 04 (quatro) meses do encerramento do exercício social da EMISSORA, informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela EMISSORA, declarando sua aptidão ou não para continuar no exercício da função;

c. notificar aos debenturistas, e à Comissão de Valores Mobiliários, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, das obrigações assumidas na escritura de emissão;

d. permanecer no cargo até eventual substituição.

3. O comunicado aos debenturistas no sentido de informá-los de que o relatório anual, referido na alínea "b" do item anterior, está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto no aludido item, nos jornais indicados no item 14 da cláusula III, às expensas da EMISSORA.

4. A notificação de que trata a alínea "c" do item 2 da presente cláusula, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação nos jornais mencionados no parágrafo quarto desta cláusula e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunidade dos debenturistas.

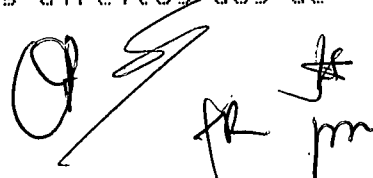
5. O AGENTE FIDUCIÁRIO será substituído:

a. nos casos de vacância, mediante nomeação pela EMISSORA e aditamento à presente escritura;

b. nos demais casos, na forma da Lei a substituição não implicará em remuneração superior à ora avençada. O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma da alínea "c" do item 2 desta cláusula.

6. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO, mediante a prévia anuência da EMISSORA, de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos, exceção às despesas judiciais e advocatícias decorrentes de eventual ação movida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO contra a EMISSORA em nome dos debenturistas, na defesa de seus interesses, que serão suportados por estes últimos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente, após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.



7. Pelo exercício de suas funções que lhe são atribuídas na presente escritura, o AGENTE FIDUCIÁRIO, receberá, da EMISSORA, a remuneração mensal de Cr\$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil cruzeiros), a preços de Outubro de 1991, corrigido pelo índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), de acordo com a expressão abaixo:

$$R_t = 149.000,00 \times \prod_{i=0}^{t-1} (1 + \text{IGP-M}_i/100)$$

R_t = remuneração paga no t-ésimo mês posterior a Outubro de 1991.

$\prod_{i=0}^{t-1}$ = produtório que acumula os fatores das variações mensais do IGP-M desde Outubro de 1991 até o (t-1)-ésimo mês posterior à este.

IGP-M_i = fator que representa a variação mensal do IGP-M para o i-ésimo mês após Outubro de 1991 (IGP-M_0 é o fator para Outubro de 1991, IGP-M_1 é o fator para Novembro de 1991, assim por diante).

Esta remuneração mensal será devida no 10 dia útil de cada mês. A 1ª parcela será paga no 10 dia útil do mês consecutivo ao da assinatura da escritura de emissão. A última parcela, relativa ao mês de vencimento, será paga pró-rata no 10 dia útil do mês seguinte.

VII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures previstas nesta escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Especial a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos debenturistas;
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela CVM;
3. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral de Acionistas;
4. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número;
5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;
6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas;

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

VIII DO FORO

Fica eleito o foro central do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Brasília, 10 de outubro de 1991.

*BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO
MERCANTIL*

BANCO LIBERAL S.A.

*Aldo Floris
Diretor*

*MAURO LECLERC JUNQUEIRA SCHMIDT
DIRETOR*

TESTEMUNHAS

FELIPE ROBERTO DE AZEVEDO VASCONCELOS, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado à SQN 209, bloco I, apartamento 107, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, portador da carteira de identidade nº 047.240.155 expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob nº 279.490.791-34

PAULO SIQUEIRA MAGALHÃES, brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado à SCS 204, bloco E, apartamento 102, na cidade de Brasília, no Distrito Federal, portador da carteira de identidade nº 1.481.829-8 expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o nº 046.414.267-91

*CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SCLRN QUADRA 704 BLOCO B LOJA 47
RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) SUPRA,
RECONHEÇO A(S) ASSINADA(S) COM
INFRA, RETRO, ASSINALADA(S) COM
MEU SINAL PÚBLICO POR SEMELHANÇA
COM A(S) DEPOSITADA(S) EM MEUS
ARQUIVOS, DOU FÉ
EM TESTEMUNHA DA VERDADE
28 OUT 1991
IVONE AGRIPINA DA SILVA
SINALDO NASCIMENTO DA SILVA
TÉCS. JUDS.*

11.º OFÍCIO DE NOTAS

Av. Graça Aranha, 327, Sobreloja
TABELIÃO

Dr. SALVIO MARCIO PORTO ARCOVERDE
SUBSTITUTO;

Dr. BELSO GOMES DA SILVA
AUTORIZADOS

YEDA QUIMARÃES FERNANDES
HELIO ROMARIZ
RESPONSÁVEL PELOS 2.º E 3.º
OFÍCIO DE NOTAS DESATIVADOS

Reconheço a firma
MAURO LECLERC JUNQUEIRA SCHMIDT
Contendo por
Rio de Janeiro RJ 24 OUT 1991
Em test.